

Polícias reféns da política

O fortalecimento democrático de uma polícia de Estado depende da consolidação de instituições orientadas para proteger a vida e o cidadão

As últimas eleições foram marcadas pela vitória de candidatos com um forte discurso em favor do uso da força como matriz organizadora da política de segurança pública, tanto nacional quanto estadual. De Norte a Sul do Brasil, foram eleitos políticos que prometiam adotar a “linha dura” como a forma de resolver os graves problemas causados pela criminalidade no país. Além disso, a campanha eleitoral foi marcada pela grandiosa presença do uso de policiais e dos símbolos das polícias, principalmente das PMs, como estratégia para angariar votos. As polícias no Brasil tomaram partido, literalmente, e foram cabo eleitoral da extrema direita que hoje governa o país.

Somado a este quadro, policiais foram candidatos em inúmeras chapas que concorreram a cargos eletivos no executivo e legislativo. Houve a eleição recorde de membros das forças de segurança para os legislativos estadual e federal, fazendo com que a influência político-partidária esteja presente de forma marcante nas instituições policiais brasileiras. Invariavelmente, as bandeiras dos policiais eleitos são a permissividade com a letalidade e a violência policial, a liberação de armas e a proteção dos interesses corporativistas das carreiras policiais.

Em São Paulo, o Governador do Estado deu inúmeras declarações defendendo uma polícia que usa a letalidade a esmo, para o constrangimento do comando das polícias e do Secretário de Segurança, e chegou até mesmo a dizer que “letalidade não é problema da polícia”. As corporações e as subculturas policiais pareciam em êxtase, querendo proibir até mesmo a exibição de charges críticas à polícia no Congresso Nacional. O ponto máximo deste discurso está no Rio de Janeiro onde a atual política de confronto aberto e pouco inteligente está criando os maiores indicadores de letalidade policial da história do país, seguidos de perto pelo Pará, outro estado que vive padrões bastante preocupantes de uso da força por parte das polícias. Em São Paulo, a PM está próxima de bater o próprio recorde de letalidade policial novamente.

O uso da força policial quase descontrolada tem trazido casos emblemáticos como a morte da menina Ágatha e do jogador das categorias de base do América do Rio de Janeiro Dyogo Coutinho. Na última semana, a ação desastrosa da PMESP culminou com a morte de nove pessoas na comunidade de Paraisópolis. As cenas gravadas desta e de outras operações, mostram policiais agindo ao arrepio dos protocolos operacionais.

Desde a Favela Naval em 1997 não se viam cenas tão fortes de Policiais Militares agindo de maneira truculenta contra pessoas que não estavam envolvidas com crime algum. A reação do Governador João Doria, grande entusiasta da linha dura na Segurança Pública, que em diversos momentos utilizou a PM e os seus símbolos como ferramentas de marketing político, em um primeiro momento foi defender de forma ferrenha a ação policial. Alguns dias depois, Doria recuou e passou a cobrar mudanças na forma da PM atuar.

Isso após ser salvo politicamente pelo próprio Ministro Sergio Moro, que criticou de forma direta e dura a Polícia Militar do Estado de São Paulo e, de certa forma, isentando o governador de responsabilidade. O Ministro fez questão de dizer que achava que se tratava de “erro OPERACIONAL grave”, deixando toda a responsabilidade do episódio nas costas da corporação. É mais um caso de políticos que dizem apoiar a polícia e quando alguma coisa foge do padrão e gera desgaste de imagem, rapidamente, começam a fazer críticas públicas a instituições policiais. O problema da atual ideologia reinante no Brasil é que ela quer dar carta branca para os policiais atuarem, mas, ao menor sinal de problemas, quem responde é o policial da ponta. O que é a receita para a catástrofe.

Trata-se, na verdade, da crônica de uma morte anunciada: quando a polícia e seus membros se deixam levar pela política eleitoral, a instituição fica refém de seus ventos. A consequência é a exacerbação da ideologia política que interessa no momento em detrimento de uma instituição policial verdadeiramente de Estado. A polícia que se leva pela ideologia política, atua de forma pouco profissional, pouco técnica e perde a confiança da população. Além disso, ela é rapidamente rifada pelos governantes quando o discurso “linha dura” deixa de interessar.

O fortalecimento de uma polícia verdadeiramente de Estado depende da consolidação de instituições policiais profissionais orientadas para o foco de proteger a vida e o cidadão. A política partidária que usa polícia para fazer política é o oposto disso. Já

passou da hora das polícias aprenderem que ser um mero joguete na mão de políticos as levará sempre a crises atrás de crises.

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial>

